

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

SABERES E PRÁTICAS POPULARES DE JUSTIÇA: A EXPERIÊNCIA DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE DE VOLTA REDONDA-RJ

Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino¹

Alicia Valente Zaquieu²

Flávia Regina Vasconcelos Santos³

Izabelly da Silva Francisco⁴

RESUMO:

O objetivo geral do projeto é analisar o impacto do projeto na formação e fortalecimento de lideranças comunitárias femininas e na compreensão de seus direitos. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa baseada na pesquisa-ação (em razão da integração entre ensino, pesquisa e extensão) complementada por pesquisa bibliográfica e documental sobre violência de gênero. Os resultados obtidos com o Projeto de Extensão “Promotoras Legais Populares (PLP) do Sul Fluminense” evidenciam o potencial transformador do enfrentamento às desigualdades de gênero e na promoção da cidadania entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Por meio de encontros formativos com a comunidade externa, o projeto favoreceu o desenvolvimento de lideranças femininas conscientes de seus direitos, especialmente no que se refere à justiça de gênero, à proteção contra a violência e à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. O projeto “Promotoras Legais Populares” demonstra que, ao promover o diálogo entre o conhecimento jurídico e as vivências das mulheres da comunidade, desperta consciências e reafirma o papel da educação como instrumento de justiça e liberdade. Mais do que reproduzir saberes jurídicos tradicionais, o PLP forma redes de apoio e evidencia a relevância da extensão universitária na universidade pública. Constata-se, portanto, que é possível ampliar o acesso ao conhecimento jurídico e político entre mulheres da comunidade externa à universidade por meio de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e emancipadoras. O projeto se consolida, assim, como uma experiência

¹ Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Email. corahisae@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5609005172041783>.

² Graduanda. Universidade Federal Fluminense. aliciavalente2004@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5070645487376275>.

³ Graduanda. Universidade Federal Fluminense. flavia_v@id.uff.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9568510720932403>.

⁴ Graduanda. Universidade Federal Fluminense. Izabellydasilvafrancisco@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4191630445922767>.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

de ensino, pesquisa e extensão comprometida com o fortalecimento das mulheres e com a construção de um direito mais democrático e acessível.

Palavras-chave: Promotoras legais populares; Extensão universitária; Educação; Direitos das mulheres.

DESTAQUES:

- O Promotoras Legais Populares possui o objetivo de democratizar o ensino jurídico acerca dos direitos das mulheres.
- Adota metodologia baseada na educação popular e na pesquisa-ação, valorizando a troca de saberes entre comunidade e universidade.
- Demonstra a importância da extensão universitária como instrumento de transformação social.
- Busca promover a formação de lideranças feministas e o fortalecimento da cidadania entre as participantes.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho parte da experiência do projeto Promotoras Legais Populares (PLP) do Sul Fluminense, iniciativa voltada à formação cidadã de mulheres em temas relacionados aos direitos humanos, à justiça de gênero e à participação política. Inspirado em uma metodologia que surgiu no movimento feminista latino-americano nos anos 1980 e que se espalhou por diversas regiões do Brasil, o projeto busca democratizar o acesso ao conhecimento jurídico e fortalecer o protagonismo feminino nas comunidades.

O problema central que orienta esta pesquisa/extensão reside na falta de acesso de mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, às informações sobre seus direitos e sobre os mecanismos de participação política e cidadã. Tal lacuna contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero e para a invisibilidade das demandas das mulheres nos espaços de decisão e de formulação de políticas públicas.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Nesse contexto, a presente investigação propõe as seguintes perguntas norteadoras: de que modo a universidade pode atuar como ponte entre o conhecimento acadêmico e as demandas concretas das mulheres das comunidades externas? É possível promover a difusão de saberes jurídicos e políticos de forma acessível, dialógica e transformadora, articulando ensino, pesquisa e extensão?

Ademais, este estudo visa avaliar as consequências da iniciativa no que se refere à capacitação e ao empoderamento de lideranças comunitárias feministas. Para isso, os objetivos específicos incluem: (i) identificar de que maneira o conhecimento compartilhado contribui para a ampliação da consciência de direitos e da autonomia das participantes; (ii) fortalecer o protagonismo feminino e a cidadania nas comunidades, por meio da formação de lideranças femininas conscientes de seus direitos; e, por fim, (iii) articular o ensino, a pesquisa e a extensão universitária por meio de práticas pedagógicas críticas, inclusivas e emancipadoras, visando a construção de um direito mais democrático e acessível.

Em termos metodológicos, o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa centralizada na pesquisa-ação, dada a intrínseca articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária. De natureza interdisciplinar (Direito e Sociologia), o estudo complementa-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental (com foco em dados sobre violência de gênero), ancorando-se também na educação popular do curso e na pedagogia crítica. Tal metodologia se materializa em encontros com a comunidade e metodologias ativas, objetivando a transformação social e a construção de uma visão crítica das participantes, ao mesmo tempo em que proporciona a formação prática e reflexiva das discentes em contato direto com os movimentos sociais.

A relevância desta pesquisa se justifica pela urgência em fortalecer práticas de extensão universitária comprometidas com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades de gênero. O projeto Promotoras Legais Populares se apresenta, assim, como uma ação concreta de promoção da cidadania e da justiça social, ampliando o alcance das discussões acadêmicas sobre igualdade de gênero e promovendo a participação ativa das mulheres como sujeitos de direito e agentes de mudança em suas realidades.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Nesse sentido, o presente estudo se assenta em um arcabouço teórico que articula múltiplas matrizes conceituais cruciais para a compreensão do objeto de estudo. A análise se inicia com o exame da teoria da (re)construção do direito, conforme delineada por Duque (2011). Nessa perspectiva, a atuação das Promotoras Legais Populares (PLP) manifesta uma postura epistemológica de cunho crítico, contrapondo-se explicitamente aos paradigmas acadêmicos jurídicos e hegemônicos. Tal posicionamento se alinha aos esforços de (re)construção do direito, voltando-se à desconstrução da matriz ideológica positivista, cientificista, estatista e machista que historicamente estrutura o pensamento jurídico dominante.

Este referencial fornece um aparato conceitual sólido para situar o projeto de extensão “Promotoras Legais Populares de Volta Redonda” dentro de um movimento que visa a desnaturalização e a superação das injustiças sociais direcionadas às mulheres, por meio do reconhecimento de seus direitos. A interação fomentada pelo projeto, ademais, transcende os limites da mera produção acadêmica, propiciando a observação, compreensão e intervenção direta em uma realidade social concreta.

Em uma perspectiva complementar à de Duque (2011), a investigação incorpora as reflexões de Hooks (2018), que evidencia a tendência da grande mídia a privilegiar as vozes do “feminismo de poder”, marginalizando as narrativas de feministas que alcançaram autonomia financeira sem, contudo, negligenciar a solidariedade com segmentos sociais menos favorecidos. A articulação dessas premissas permite um estudo aprofundado sobre como o ordenamento jurídico canônico e as estruturas econômicas estabelecidas podem sistematicamente marginalizar as vivências de mulheres que buscam sua emancipação fora dos ditames do patriarcado capitalista. Busca-se, assim, demonstrar a relevância das redes de apoio e solidariedade mútua, a exemplo do projeto Promotoras Legais Populares, enquanto catalisadores para o empoderamento feminino.

Para além disso, a presente pesquisa integra as valiosas contribuições da teoria feminista interseccional apresentada por Crenshaw (1989). Sob esta ótica, a autora sublinha a intrincada maneira pela qual os múltiplos eixos de subordinação (tais como gênero, raça, classe e sexualidade) se interconectam e se potencializam, gerando padrões singulares de opressão e discriminação. A abordagem interseccional revela-se fundamental ao viabilizar uma análise mais multifacetada das desigualdades femininas,

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

reconhecendo que a experiência da mulher é significativamente modulada por sua posição em outras categorias sociais. Ao considerar a interseccionalidade, o estudo se propõe a elucidar como o acesso à justiça e ao direito é diferenciado entre grupos de mulheres de distintas estratificações econômicas e de que forma o projeto Promotoras Legais Populares pode otimizar sua intervenção em cenários de vulnerabilidade interseccional.

Em síntese, o referencial teórico aqui mobilizado se estabelece como um pilar indispensável para analisar a atuação do projeto de extensão “Promotoras Legais Populares de Volta Redonda” na desarticulação de um sistema jurídico historicamente alheio às experiências femininas, notadamente daquelas que se encontram na confluência de múltiplas formas de desigualdade, com especial atenção às dimensões econômica e racial. A pesquisa, em última instância, debruça-se sobre a capacidade desta iniciativa concreta em promover a democratização do acesso à justiça e ao direito para mulheres em situações de vulnerabilidade. Assim, o Promotoras Legais Populares demonstram que o diálogo entre o saber jurídico e as vivências das mulheres da comunidade desperta consciência crítica e promove a educação como instrumento de justiça e liberdade.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. 1 University of Chicago Legal Forum, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

DUQUE, Ana Paula. Direito e Gênero: o Projeto Promotoras Legais Populares e sua Orientação à Emancipação Feminina. Revista Direito e Práxis, 1 Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 42-59, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell . O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. (Recurso digital).